

# Se só o trabalho cria riquezas, por que trabalhar menos?

Carlos R. Schneider (\*)



Vemos hoje um Brasil concordatório, que todavia é rico demais para que consigamos que ele seja melhor, por enquanto. Haveria necessidade de mais uma dose dupla de abuso para talvez se chegar lá. Graças, naturalmente, às riquezas naturais abundantes e também ao espírito empreendedor de parte da população, o País assemelha-se mais aos florescentes parceiros do Extremo Oriente do que aos nossos vizinhos da América Latina.

Felizmente o Brasil foi abençoado pela natureza, mas talvez por isso, infelizmente, durma em berço esplêndido.

Nações destruídas pela guerra ressurgiram dos escombros e, sem riquezas naturais, transformaram-se, num período de trinta anos, nas 2ª e 3ª potências econômicas do mundo. Mas isso exigiu sacrifícios, dedicação e acima de tudo muito esforço e patriotismo. Patriotismo significa dedicar-se à pátria, fazer a sua parte para ver o país forte amanhã.

No Brasil, infelizmente, vemos o grande barulho de muitos falsos patriotas, de nacionalistas xenófobos que se caracterizam pela aversão ao estrangeiro, não importando os prejuízos que isso possa trazer, e especialmente não medem esforços para se apossarem do que consideram a sua parte naquilo que o Brasil tem para dar.

E é essa mentalidade de receber do País, de viver à custa daqueles que efetivamente produzem riquezas, de colher sem plantar, característica de grande parte da nossa população, que tem dificultado muito o atingimento de estágios mais avançados de bem-estar geral.

Exemplo típico vem-nos do próprio governo. A máquina estatal tem sido usada para servir a partidos políticos e a funcionários públicos, em detrimento da população e do amanhã. Parece termos chegado a um ponto em que a sua função primeira é oferecer empregos e só depois prover serviços.

Segundo levantamentos feitos pelo BNDES, o setor público gasta inutilmente US\$ 6 bilhões por ano com pessoal, quando poderia utilizar esses recursos na área social.

As estimativas indicam

que o Brasil tem 7 milhões de funcionários públicos nas administrações federal (1,8 milhão), estaduais (3,5 milhões) e municipais (1,7 milhão). No caso dos estados, por exemplo, segundo estimativas dos governadores, 40% dos funcionários são ociosos, impossibilitando, assim, pagar-se um salário justo aos servidores que efetivamente se dedicam, pela necessidade de arcar com os vencimentos de um grande contingente de funcionários desonestos ou supérfluos.

Considerando os 7 milhões de servidores públicos, e uma família média de quatro pessoas, chegamos à preocupante cifra de 28 milhões de brasileiros vivendo de recursos públicos, do Imposto de Renda pago por 3,5 milhões de contribuintes e de outros impostos e taxas cobrados de uma população economicamente ativa de aproximadamente 50 milhões de pessoas.

Convém repetir o óbvio: o cargo de funcionário público existe para servir ao público e não para servir-se dele.

Também o trabalhador brasileiro quer ganhar mais, o que é justo, trabalhando menos, o que não é possível. Só o trabalho produz riqueza e, assim, se

quisermos ter mais, temos de trabalhar mais.

Movimentos para redução definitiva de jornada de trabalho, num país onde existe falta de mão-de-obra qualificada, é no mínimo um contra-senso. A redução de jornada em países em desenvolvimento é admissível apenas, de forma transitória, em épocas de desaquecimento econômico, e normalmente acompanhada de redução proporcional de salários. Deveríamos tomar como exemplo a Coreia do Sul e Formosa, onde se trabalha no mínimo 56 horas semanais como fruto de livre entendimento entre capital e trabalho. Apesar da quase inexistência de recursos naturais, esses países têm uma estabilidade econômica invejável.

Não podemos deixar de destacar ainda o lastimável comprometimento da nossa capacidade de criar riquezas em função dessa avalanche de greves que temos visto. Mesmo que os cientistas políticos considerem o fato natural em uma abertura política, não nos podemos dar esse luxo. O Brasil não pode desperdiçar horas de trabalho.

Certas lideranças sindicais e algumas categorias estão colocando seus interesses pessoais e particula-

res acima dos interesses nacionais. Naturalmente cada categoria tem razões de sobra para justificar a sua insatisfação, mas não é certo que, devido a isso, sofra toda a coletividade. Só para citar dois exemplos, sabemos que o resultado da balança comercial de março foi muito prejudicado pela greve dos marítimos num momento em que o País precisava exportar a qualquer custo; e quantos prejuízos trazem à sociedade as greves dos funcionários públicos estaduais, que, apesar de conhecerem a precária situação financeira dos estados, não querem compreendê-la. O governo federal terá de socorrer os estados, emitindo moeda ou aumentando a dívida pública interna, o que indubitavelmente refletirá num aumento da inflação, com as consequências que já conhecemos.

O Estado vem absorvendo passivamente todos esses movimentos paretistas, em nome da democracia. Mas será que as consequências econômicas desse fetival de paralisações não virão mais à frente a funcionar como entrave ao desenvolvimento das instituições democráticas? Não estará havendo uma confusão entre os significados de liberdade e negligência?

Especialmente sabendo-se que muitos participes do processo não estão preparados para a democracia, porque querem liberdade, mas não conhecem o respeito, querem direitos, mas se esquecem das obrigações.

O Brasil deveria criar uma sistemática na qual as greves penalizassem apenas as partes envolvidas. Assim, por exemplo, os trabalhos não seriam suspensos quando da decretação de uma greve. No caso de acordo, nenhuma das partes ficaria prejudicada. Na falta de acordo amigável, sendo o movimento considerado legal, seria a empresa obrigada a pagar a um Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) — administrado conjuntamente pelo Estado, por empresários e por trabalhadores — o lucro proporcional aos dias do movimento, além de uma multa. Se a greve fosse considerada ilegal, os trabalhadores perderiam os mesmos dias, sendo os recursos igualmente canalizados ao FDS. Perderia assim a parte considerada culpada, e ganharia o País. Naturalmente essa é uma primeira idéia que precisa ser aprimorada.

Existe, contudo, outro fator determinante da capacidade de trabalho do País. São os novos investimen-

tos, que criam riqueza e trabalho. Mas para que voltem a ocorrer em volume adequado é necessário que voltemos a ter um horizonte confiável. Sabemos que falta um plano econômico estável e que vá além do curto prazo. Mas estamos cientes também de que os grandes problemas econômicos que estamos presenciando têm origem política: devem-se à falta de rumos do governo. As incertezas políticas têm de ser equacionadas para que qualquer novo plano econômico tenha chances de sucesso. Aspectos político-eleitorais não podem continuar prevalecendo sobre regras econômicas e leis de mercado.

Se o presidente da República conscientizar-se de que representa no mesmo grau os demais brasileiros como tem demonstrado representar certo multipresidente e os estados nordestinos, então talvez se tenha dado um passo importante para superar o atual impasse político-institucional.

Temos de tirar os entraves que estão emperrando a máquina Brasil e cultivar só um pouco a obsessão pelo trabalho.

(\*) Diretor vice-presidente da Cia. Industrial H. Carlos Schneider, de Joinville (SC).